

PETIÇÃO INICIAL - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ____ VARA PREVIDENCIÁRIA DE

NOME DO(A) REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

NIT/PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/_____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB/UF Nº: _____

I – DOS FATOS

O(A) Requerente, conforme documentação anexa, cumpriu todos os requisitos legais para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, conforme previsto no artigo 201, §7º, inciso II, da Constituição Federal, e legislação complementar vigente.

Ao longo de sua vida laboral, o(a) Requerente contribuiu regularmente para o Regime Geral de Previdência Social, conforme os extratos do CNIS e demais documentos que se juntam a esta petição.

A comprovação do tempo de contribuição e demais requisitos encontram-se demonstrados pelos documentos anexos, inclusive com recolhimentos de contribuições, vínculos empregatícios e períodos de atividade rural, quando houver.

Assim, o(a) Requerente faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição, com base no tempo total de contribuição e idade exigida à época do requerimento administrativo.

II – DO DIREITO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 201, assegura aos trabalhadores a aposentadoria por tempo de contribuição, conforme legislação específica.

A Lei nº 8.213/1991 regulamenta o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, dispondo nos seus artigos 52 a 60 sobre os requisitos, carências e forma de cálculo.

O(a) Requerente preenche todos os requisitos legais para a concessão do benefício, conforme demonstram os documentos e o tempo de contribuição apurado.

Ademais, o entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição reconhece o direito à aposentadoria quando comprovados os requisitos legais.

III – DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA

1. **Cópia do documento de identidade e CPF;**
2. **Extrato do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais);**
3. **Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) atualizadas;**
4. **Comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias;**
5. **Certificados de tempo de serviço e declarações de empregadores;**
6. **Documentação que comprove atividade rural, se houver;**
7. **Procuração ad judicium, caso o(a) Requerente esteja representado por advogado;**
8. **Outros documentos pertinentes que instruem o pedido.**

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. **A concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao(à) Requerente, nos termos da legislação previdenciária vigente;**
2. **A citação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para que, querendo, conteste o pedido, sob pena de revelia e confissão;**
3. **A produção de todas as provas admitidas em direito, em especial documental, pericial e testemunhal, caso necessário;**
4. **A condenação do INSS ao pagamento das parcelas vencidas desde a data do requerimento administrativo até a efetiva implantação do benefício, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais;**
5. **A concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o(a) Requerente pessoa pobre na acepção jurídica do termo, nos termos da Lei nº 1.060/50 e do artigo 98 do Código de Processo Civil;**
6. **A intimação do Ministério Público Federal para acompanhar o feito, conforme artigo 178, inciso II, do Código de Processo Civil.**

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

Local

Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.